

239476

HISTÓRIA DO CEFET: A ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ 1909 - 1922

Prof. Gilson Leandro Queluz

RESUMO

Este artigo pretende expressar os primeiros resultados obtidos a partir de pesquisa empreendida pelo NUDHI (Núcleo de Documentação Histórica), sobre a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (atual CEFET-PR), no período entre 1909 - 1922.

É um breve relato sobre a instalação da escola, os cursos existentes, a quantidade de alunos matriculados e a de formandos no período. Analisa, ainda, a concretização das duas funções básicas propostas para a Instituição pelo decreto de criação de 1909: a formação profissional e a retirada das ruas dos menores "desvalidos", a fim de passarem por um processo de disciplinarização para o trabalho.

Prof. Gilson Leandro Queluz

- Professor do Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO) do CEFET-PR, Mestre em História Social pela UFPR.
- Responsável pelo Núcleo de Documentação Histórica (NUDHI) do CEFET-PR.

Primeiras impressões

A Escola de Aprendizes do Paraná foi criada pelo Presidente **Nilo Paçanha**, através do *Decreto 7566, de 23 de setembro de 1909*. O primeiro diretor da escola, **Paulo Ildefonso D'Assumpção**, foi nomeado para o cargo pelo Presidente da

República, no *dia 16 de dezembro de 1909*, assumindo suas funções no dia 22 do mesmo mês.

No dia 16 de janeiro de 1916, foi inaugurada a escola ocupando "vasto palacete na praça Carlos Gomes", colocado à disposição do governo do estado. Inauguração comunicada da seguinte forma ao Governo Federal:

"16 de janeiro de 1910.

Exmo. Sr. Ministro da Agricultura

Rio.

Realizada secção solemne instalação Escola Artífices presença todas autoridades federaes, estaduaes. Victoriosos Governo União nome V. Exma. Muito elogiadas amplas, confortáveis instalações. Matrícula progressiva attinge 45 alumnos. Transmitto V. Exma. felicitações população.

Saúde e fraternidade.

(Assignado)

Paulo D'Assumpção

Director Escola Artífices Curityba."

Inicialmente funcionaram na escola as oficinas de Alfaiate, Marceneiro e Sapateiro, sendo posteriormente, no mesmo ano, criadas as de Serralheiro-Mecânico e Seleiro-Tapeceiro, e por fim as oficinas de Pintura Decorativa e Escultura Ornamental. O trabalho-aprendizado nas oficinas se dava durante o dia, sendo que no período noturno, os alunos cursavam aulas de instrução elementar que incluíam

desde "*leitura até o ensino elementar de geografia*", entre outras disciplinas básicas. As aulas noturnas deste curso primário eram alternadas com o curso de desenho.

Como curiosidade, vale a pena citar o espaço ocupado por cada uma das oficinas, onde os alunos realizavam obras por encomenda e para uso da escola, e alguns exemplos de produtos por eles produzidos.

OFICINAS	ÁREA	PRODUTOS
Marceneiro	65m ²	molduras de imbuia, estantes de imbuia, porta bibelots.
Serralheiro	25m ²	folheiras de ferro, pás de ferro, cortadeiras, porta vasos.
Alfaiate	68m ²	smoking de elasticotina, terno de casimira, costume de brim.
Seleiro e Tapeceiro	42m ²	par de arreios, pastas de couro, selim, cinto de búfalo, coleiras para cães.
Sapateiro	40m ²	par de sapatos a Luiz XV para senhoras, par de perneiras, par de borzeguim, par de sapatos de verniz.

É importante ressaltar que a escolha realizada para a implantação das oficinas não teve nada de aleatório, pois as atividades de serralheiro, marceneiro, alfaiate, seleiro e tapeceiro e sapateiro foram apontadas pelo senso de 1900 como aquelas que ocupavam maior número de empregados no ainda frágil, mas crescente setor industrial paranaense (1).

A escola buscava, portanto, cumprir um de seus objetivos estabelecidos pelo decreto 7566, que era exatamente de mão-de-obra especializada para a indústria nacional.

Porém, quando observamos o quadro de matrículas, freqüência e alunos formados entre 1910 a 1922, perguntamos se tal objetivo foi realmente alcançado. Observamos as tabelas I e II.

TABELAS

Tabela I • QUADRO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS OFICINAS DURANTE OS ANOS DE 1910 A 1922.

OFICINAS	ANOS (1910 A 1922)													TOTAL
	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
ALFAIATE	69	83	85	89	85	70	67	49	67	55	58	48	39	864
SELEIRO	31	39	48	46	42	45	48	44	45	42	43	36	46	556
MARCENEIRO	47	73	73	75	88	70	51	51	45	49	43	46	45	763
SERRALHEIRO	35	55	52	57	55	80	73	62	64	58	47	44	51	743
SAPATEIRO	33	36	38	37	35	35	50	43	44	32	42	31	31	487
P. DECORATIVA	04	07	00	00	10	09	09	00	00	13	32	29	13	126
TOTAL	219	293	296	304	315	309	306	249	265	249	265	234	225	3539

Tabela II • QUADRO DE MATRÍCULA, FREQUÊNCIA MÉDIA, APROVEITAMENTO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PARANÁ.

Nº	ANOS	MATRÍCULA GERAL	FREQUÊNCIA MÉDIA	Nº DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O CURSO	
				Aulas e Oficina	Só Oficina
01	1910	219	153,5	0	0
02	1911	293	162	0	0
03	1912	296	195	0	0
04	1913	304	244,9	0	0
05	1914	315	203	3	13
06	1915	309	213	7	3
07	1916	306	211	0	10
08	1917	249	164	1	4
09	1918	265	171	2	3
10	1919	249	156	2	3
11	1920	265	151	1	0
12	1921	234	175	6	2
13	1922	225	170	3	3
Resultado Total		3529	2364,4	25	41

Portanto, nos treze primeiros anos de funcionamento da escola, do significativo número de 3.529 alunos que chegaram a freqüentar os diversos cursos, todos eles divididos em quatro séries, apenas 66 conseguiram se formar. Ou seja, a irrelevante porcentagem de 1,87%. Que fatores conduziram a esta irrisória quantidade de formandos e conseqüentemente a um elevado índice de desistências?

As primeiras impressões, retiradas da leitura de documentos pesquisados, levam-nos a uma dupla resposta: Em primeiro lugar, o alto índice de desistência deve ser atribuído às próprias dificuldades vividas por menores majoritariamente advindos das "camadas desfavorecidas" ou proletárias da cidade. Em segundo lugar, pela própria pressão do mercado de trabalho sobre estes menores. Temos indícios da absorção de parte dos jovens aprendizes (idade entre 10 e 16 anos), pela indústria local, sedenta de mão-de-obra relativamente especializada e barata. Indícios como a precária relação elaborada pelo mestre *Paschoal Rispoli*, em 1921, de menores que se ausentaram das oficinas de marcenaria e escultura ornamental entre 1910 e 1920, para trabalharem em fábricas e oficinas, que inclui 22 alunos, um número idêntico aos formandos em aulas e oficinas (ver tabela II). Outra é uma carta do Diretor Paulo D'Assumpção à Associação Comercial, datada de 1911, apenas a um ano a instalação da escola, onde reclama do tratamento dado aos menores ex-alunos contratados pelas indústrias, especialmente do não pagamento regular de salários.

Podemos concluir, genericamente, que o objetivo da formação profissional foi parcialmente alcançado.

O segundo grande objetivo estabelecido pelo decreto de criação da Escola de Aprendizes e Artífices era retirar das ruas os menores desvalidos. Objetivo expresso em vários momentos pelo diretor Paulo Ildelfonso D'Assumpção, como no ofício em que requisitava verbas ao

governo federal para compra de uniformes.

"Os alunos saídos na totalidade da classe mais pobre da população apresentam-se às vezes andrajosos e andam quase sempre descalços. Uma vestimenta modesta daria melhor aspecto a essas crianças sadias, vivazes e animadas para o trabalho, sendo ainda mais natural incentivo para atrair as que vivem na ociosidade e por enquanto afastadas da escola."

(ofício nº 175, 3/9/1910)

Ou ainda, em outro documento em que responde a reclamações do diretor de obras da prefeitura, sobre o comportamento dos alunos da escola na saída das aulas.

"... Já é muito salutar benefício para a população ter conseguido atrair a rigorosa disciplina do trabalho e do estudo de 150 crianças geralmente mal encaminhadas."

(ofício, s/nº, 1/4/1910)

Para completar a atração dos alunos para o estudo na Escola de Aprendizes, a escola distribuía merendas, durante um breve período de tempo pagou diárias, além do pagamento de prêmios anuais por produtividade. Estas medidas parecem justificar, também, a freqüência relativamente elevada de 66,7%, tendo em vista o número reduzido de formandos.

A retirada dos menores desvalidos da rua, problema crescente nos meios urbanos do país, seria complementada pelo inculcamento de seus corpos e mentes, de novos hábitos e costumes voltados para a disciplina do trabalho, ou seja, passariam por um processo de disciplinarização. No dizer do diretor, na escola:

"Os alunos não só receberiam o ensino elementar e o ensino profissional, teriam também a sua educação moral orientada. A maior parte dos que freqüentam os estabelecimentos como este são filhos de lares miseráveis e viciados, não encontrando na educação paterna essa firmeza e essa linha tão necessária ao homem."

(Histórico, s/d, p.3)

Paulo Ildefonso D'Assumpção apontaria dificuldades para essa nova moral ser absorvida pelo aluno proletário:

"Muitas vezes, em seus próprios lares, eles perdem aquele coeficiente de educação que receberam durante as horas escolares. Há, por consequência, essa luta entre escola que educa e ensina e o lar decomposto pelas misérias da vida."

(Histórico, s/d, p.3)

Para resolver este problema, a escola adotou estratégias: como a militarização, ou seja, a criação de um batalhão infantil, que segundo o inspetor agrícola federal, João Cândido Muricy, trouxe melhor substância na disciplina das crianças; aulas de "ginástica sueca" para educar os corpos e "conselhos de persuasão".

O diretor considerava, porém, que o ideal seria o regime de internato:

"Seria necessário, portanto, que a escola seqüestrasse inteiramente o aluno durante um certo tempo até ela lhe formar não só o cérebro, como o coração, revestindo-o de uma couraça de ensinamentos que o tornassem invulnerável à ação perniciosa do meio que fosse habitar... O estabelecimento do regime de internato viria de encontro aos desejos não só dos alunos, como

viria também satisfazer uma grande aspiração dos pais dos mesmos e ainda mais viria ao encontro dos interesses da Pátria."

(Histórico, s/d, p.4)

A disciplinarização dos menores desvalidos e o esforço de formação de mão-de-obra especializada foram componentes fundamentais da precária estruturação da Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná, que apesar das dificuldades tornou-se, no período estudado, um modelo para o país. Participou de exposições internacionais como a de Turim em 1911 e de nacionais como a Exposição do Centenário em 1922, alcançando algumas premiações. O seu diretor Paulo Ildefonso D'Assumpção foi escolhido pelo governo federal como inspetor das demais escolas de aprendizizes espalhadas pelo país. Mas tudo isto é muito pouco, são apenas primeiras impressões de um trabalho de pesquisa que irá se aprofundar com o Núcleo de Documentação Histórica do CEFET-PR.

NOTAS:

1. As informações acerca do Recenseamento de 1900 foram retiradas de, *DE BONI, Maria Ignês Mancini. O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890 - 1920)*. São Paulo, USP, 1985 (*Tese de doutorado*), mimeografado, p.28-29.
-

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

- Arquivo do CEFET-PR
- Museu da Imagem e do Som - MIS
- Casa da Memória
- Biblioteca Pública do Paraná - BPP
- Cinemateca do Museu Guido Viaro